

MEC considera ilegal taxa cobrada pelo Ceub e Upis

Depois de enfrentar a indefinição da data de inscrição e de provas para o Vestibular de julho nas faculdades particulares, os candidatos a uma vaga no curso superior deparam com um novo impasse, o valor das taxas. O Ministério da Educação só se pronunciou ontem, afirmando que os cálculos devem obedecer a portaria do órgão de número 448/88, a qual determina que a taxa não pode ultrapassar a 1,7 OTN. Isso corresponderia a NCz\$ 11,70, conforme foi cobrado pela Universidade de Brasília. Entretanto, o Ceub e a Upis utilizaram além da OTN, o Índice de Preço ao Consumidor (IPC) do período do congelamento e estão cobrando NCz\$ 15.

A faculdade Dom Bosco deveria ter iniciado as suas inscrições ontem, mas resolveu adiar o período até resolver esse impasse. A Católica e a AEUDF preferiram, tam-

bém, começar as inscrições depois da definição oficial do valor. Hoje a Sunab vai até o Conselho Federal de Educação e ao Ministério da Educação para checar a legislação e ter um instrumento legal para fiscalizar.

O presidente do Conselho Federal de Educação, Fernando Gay da Fonseca, afirma, entretanto, que não sabe nem se o órgão tem competência para se posicionar sobre o assunto. "Antes do Plano Verão a nossa Comissão de Encargos controlava essas leis. Depois tudo passou a ser resolvido pelo Ministério da Fazenda. O primeiro passo da fiscalização deve se apurar de quem é a competência de fixar os valores", explica Gay da Fonseca.

Justificativa

Usando a justificativa de que não poderia esperar mais para definir o período do vestibular, Maurí-

cio Neves, coordenador da Comissão de Vestibular (Copeve) do Ceub, falou que procurou todos os órgãos competentes para uma solução. "Fomos ao MEC, ao Ministério da Fazenda e ao próprio Conselho Federal de Educação, mas ninguém sabia como fazer o cálculo. Verificamos então como o governo estava fazendo com as contas baseadas em OTN e chegamos à conclusão que a Medida Provisória 52 garante a sua correção pelo IPC do período. E foi o que fizemos".

Até ontem, cerca de 200 alunos já estavam inscritos no Ceub, e de acordo com o coordenador da Copeve, não tem havido reclamações do valor. "Eles sabem que não se visa lucro em um concurso e temos um custo altíssimo para realizar o vestibular". Maurício lembra dos gastos com computador, fiscais, papéis e outros materiais utilizados na realização dos testes.